

Haddad descarta nova reforma da Previdência Social

Governo Federal enfrenta déficit cada vez maior com regime geral

DA REDAÇÃO/ESTADÃO CONTEÚDO

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo não discute fazer uma nova reforma da Previdência. Indagado sobre o tema, ele citou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em tramitação no Congresso, que trata da previdência nos governos regionais.

"Neste momento, não está em discussão no governo federal uma reforma da previdência do regime geral", disse Haddad à GloboNews. "Tem alguma discussão do governo sobre categorias que ficaram fora da discussão da reforma da previdência, que podem

GALÍPOLO

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu que a indicação de Gabriel Galípolo à presidência do Banco Central será votada no plenário em 8 de outubro, logo após o primeiro turno das eleições. Antes, será necessário realizar a sabatina de Galípolo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas falta definir essa data.

eventualmente dar uma contribuição para melhorar as contas públicas, buscando mais justiça social e equilíbrio em relação aos demais servidores". Sobre a PEC, que esten-

de a reforma dos regimes especiais de previdência para estados e municípios, Haddad disse que a expectativa é de apreciação pela Câmara ainda este ano, após o término do recesso branco (informal) do Congresso nas eleições.

"Existe essa discussão, que é muito importante, e nós estamos falando de alguma coisa, em termos de cálculo atuarial, de R\$ 600 bilhões", disse o ministro, para quem a PEC coloca ordem nas finanças regionais de previdência.

Economistas consideram que será necessário fazer uma nova reforma da Previdência nos próximos anos,



Mais problemas para Haddad resolver: gastos obrigatórios avançam e tiram espaço dos investimentos

considerando o déficit já existente, de R\$ 227 bilhões no ano passado, segundo o portal g1. E também pela baixa entrada de novos contribuintes para dar conta do aumento da sobrevida dos aposentados nas próximas décadas.

Haddad defende um de-

bate sobre o ritmo de crescimento das despesas obrigatórias (saúde, educação, Previdência e salários dos servidores), que eventualmente vão consumir o espaço dos gastos discricionários, como investimentos. O arcabouço, criado pelo

próprio Haddad, estabelece crescimento real máximo de 2,5% ao ano para as despesas, mas parte dos gastos obrigatórios está indexada a outros fatores e acaba se expandindo mais do que a despesa geral. Isso acaba reduzindo o espaço das discricionárias. (Estadão Conteúdo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Economia Caderno: B Pagina: 2